



Câmara Municipal de Tomar
Divisão Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos



Handwritten signatures and initials on the right margin.

DELIBERAÇÃO

ASSUNTO: PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL - PAEL

No seguimento da deliberação tomada na reunião de 25-09-2012 sobre o assunto em epígrafe, foi presente o Plano de Ajustamento Financeiro, o respetivo formulário de adesão e anexos.

A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o respetivo Plano de Ajustamento Financeiro à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos nº1 do artº 7º da Lei nº43/2012, de 28 de agosto.

Esta deliberação foi aprovada por maioria de quatro votos a favor e os votos contra dos Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques, Graça Maria Marques Costa e Luis José da Silva Ferreira.

Os Senhores Vereadores Pedro Alexandre Ramos Marques e Graça Maria Marques Costa ditaram a seguinte declaração de voto: “Pretende o Executivo PSD, que tem “desgovernado” o Município nos últimos anos (embora nos últimos dois com a “colaboração” do PS), contrair, no âmbito de uma linha de crédito criada para o efeito pelo governo, mais um empréstimo que poderá atingir os 4,6 milhões de euros relativos a dívidas a fornecedores a mais de 90 dias, sem que para tal tenha considerado a dívida à ParqT na ordem dos 6 milhões de euros.

Neste contexto a informação disponibilizada é a seguinte:

“Situação dos pagamentos em atraso no Município de Tomar

A 30/9/2011 - Pagamentos em atraso há mais de 90 dias - 7 392 548,20€

A 30/3/2012 - Pagamentos em atraso há mais de 90 dias - 5 816 080,87€

A 30/6/2012 - Pagamento em atraso há mais de 90 dias - 5 691 313,64€

Segundo a Lei do Orçamento de Estado de 2012, o Município de Tomar, no final de Dezembro de 2012, só pode ter pagamentos em atraso há mais de 90 dias no montante de 6 186 130,19€.

O Governo criou o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), o qual tem por objeto a regularização de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, ao qual o Município de

Tomar se pode candidatar, tomando como referência a dívida a 30/3/2012. Assim, o valor elegível para candidatura a um empréstimo a 14 anos é de 4 609 662,86€.

No entanto, o máximo a ser financiado é de 90% e um mínimo de 50%.

(Segundo a Informação prestada pela DGAL de 23/7/2012)”

Desde 2006 a propósito da conta de gerência do Município de 2005 que os Independentes por Tomar têm alertado e denunciado a grave situação financeira do Município, que o PSD levou a efeito nos últimos anos ao assumir anualmente compromissos muito superiores às receitas arrecadadas, conforme recentes declarações de voto apresentadas pelos Independentes por Tomar, que a seguir em parte se transcrevem:

“PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2012

Quanto à Receita, e à semelhança dos anos anteriores, continuamos perante um verdadeiro “milagre da multiplicação dos pães”. Ora, não se vislumbrando, além do QREN, outras fontes de financiamento, tanto mais que o Polis já se esgotou, como é possível apresentar um Orçamento que se situa no dobro do executado, ou seja, no dobro da realidade dos anos anteriores?!

*As Receitas Totais, orçamentadas em 59,794, milhões de euros, **umentam** 218,24,% face às cobradas em 2010.*

As principais variações verificam-se nas seguintes rubricas:

- a. Impostos Indiretos/Loteamentos e Obras - apresenta uma estimativa para 2012 de 2.991.406,00€, **superior** a seis vezes e meia o valor arrecadado em 2010 (451,452 mil euros);*
- b. Transferências Correntes – orçamentadas em 11,890 milhões de euros, **crecem** 20,01% em relação ao realizado em 2010;*
- c. Transferências de Capital - orçamentadas em 13,809 milhões de euros, **crecem** 200,26% face ao realizado em 2010;*
- d. Venda de bens de investimento (terrenos, habitações, edifícios, etc.) – o valor orçamentado de 11,540 milhões de euros representa um **crescimento** face ao executado em 2010 de 792% (145.706,69€). Nesta rubrica são consideradas as alienações do Convento de Santa Iria/ex-Colégio Feminino, (num valor exageradíssimo de 6.300.000,00€) de habitações (2.250.000,00€) e de edifícios. Pelo que, cumpre perguntar se serão realistas os valores previstos para tais eventuais alienações?*

- e. *Rendas (Rendimentos de propriedades) – orçadas em 2.80715 mil € - aumentam em relação à receita cobrada em 2010 190% (1.476 mil euros);*
- f. *Vendas de bens e serviços – orçamentadas em 7,896 milhões de euros crescem 328,78% face ao realizado em 2010 (2.401 mil €);*

Caso o grau de execução orçamental de 2011 seja consistente com os anos anteriores (46,74% em 2010, 63,9% em 2009, 56,3% em 2008, 59,3% em 2007, 48,9% em 2006, 45% em 2005 e 50,9% em 2004) e dado que no Documento em análise nada é apresentado em sentido contrário, é de esperar um comportamento desastroso para as restantes rubricas da Receita.

Os dados mais recentes, nomeadamente em 2010, em que a execução orçamental foi de 46,74% (receitas de 27,398 milhões de euros para um orçamento de 55,621 milhões de euros), apontam para uma realidade bem diferente daquela que, de forma virtual, o PSD nos vem propor no presente Orçamento, em que aponta para uma receita de 59,794 milhões de euros, ou seja, mais de duas vezes (218%) superior à arrecadada em 2010 (27,398 milhões de euros).

Podemos assim concluir, de novo, que mais de 100% da receita orçamentada pelo PSD é virtual e se destina a, também uma vez mais, prometer muito e fazer pouco!

Estamos, sem justificação, perante um Orçamento irrealista, o qual, em nosso entender, a concretizar-se a realização de despesas sem a correspondente receita efetiva, só contribuirá para agravar a já incombortável situação financeira do Município.

Para 2012 os encargos financeiros ultrapassam os três milhões e novecentos mil euros, ou seja, 2,410 milhões de euros de amortização de empréstimos, 1.487 mil euros de juros desses empréstimos e o restante para a locação financeira e outros juros e encargos financeiros. Deverá ter-se ainda em conta que um recente empréstimo de cerca de 1,996 milhões de euros, porque goza de um período de carência, não terá qualquer encargo de amortização no próximo ano de 2012.

Quando o PSD refere que ainda não esgotou a capacidade de endividamento, por certo, se referirá à capacidade legal, uma vez que a capacidade real se encontra há muito esgotada!

Os Vereadores Independentes por Tomar entendem que, com esta política, o Município vai continuar a endividar-se cada vez mais e também as despesas de funcionamento crescem a um ritmo assustador: Tomar será cada vez mais pobre e mais dependente.

Prestação de Contas de 2011

João Paulo
At
Py
St
St

As despesas correntes apresentam um crescimento constante ao longo dos anos, apesar da tendência ligeiramente decrescente das receitas e um grau de execução entre os 76% e os 80% dos valores orçamentados. Os compromissos assumidos estão em linha com as despesas realizadas.

Das receitas correntes a maior fatia 9.345.814,85€ (9.897.314,71€ em 2010, 8.178.923,75€ em 2009) provém das transferências do OE (FEF, FSM e Participação fixa no IRS), a que se segue a provinda de impostos, taxas, multas e outras penalidades 5.284.166,78€ (5.507.767,30€ em 2010 e 5.445.330,90€ em 2009). Em ambas existe um menor valor recebido (551.499,86€ e 223.600,52€ respetivamente).

No que respeita às receitas de capital, o baixo grau de execução tem sido acentuado e o decréscimo, nos últimos anos é notório. Da receita orçamentada de 36.435.022,00€ (29.409.031€ em 2010) cobraram-se apenas 14.295.475,13€ (8.046.457,48€ em 2010) com uma taxa de execução de 39,24% (27,36% em 2010, 40,45% em 2009) - o que tem de se sublinhar.

A execução orçamental da despesa tem um desempenho ao nível do da receita, nomeadamente no que respeita às despesas de capital:

- Orçamento	37.889.796,00€	- em 2010 -
31.069.451,00€		
- Despesas pagas	15.686.970,57€	- em 2010 -
10.632.381,34€		
- Compromissos assumidos	27.924.505,27€	- em 2010 -
29.994.412,00€		

Assim, a maioria PSD/PS assumiu compromissos num montante 1,95 vezes (3,73 vezes em 2010 e 1,89 vezes em 2009) superior às receitas de capital arrecadadas 14.295.473,13€ (8.046.457,48€ em 2010 e 12.103.627,87€ em 2009).

O nível dos compromissos assumidos em cada ano é sempre substancialmente superior, até mais que triplicando.

A transformação gradual, ao longo de cada ano, dos compromissos em débitos efetivos aos Fornecedores gera um inevitável aumento do Passivo Exigível e das dificuldades de tesouraria.

As justificações sobre os desvios entre as receitas arrecadadas e as orçamentadas são muito incipientes e referem-se a uma parte pouco significativa.

Em boa verdade, a execução orçamental da receita é, mais uma vez, desastrosa.



Esta deliberada política de planeamento e gestão orçamental não tem qualquer sentido, desacredita o Município e ofende os cidadãos.

O Passivo Exigível em 31 de Dezembro de 2011 aumentou 11,65% comparativamente ao ano de 2010 e este 12,48% em relação a 2009.

Por outro lado, a diferença entre o valor total dos contratos não está ainda refletida na totalidade no balanço, pelo que o Passivo Exigível a Curto Prazo poderá crescer de forma significativa ao longo de 2010.

*Quanto aos **Empréstimos** o serviço da dívida no montante de 2.671.747,55€ (2.810.584,17€ em 2010, 2.731 mil euros em 2009 e 2.592 mil euros em 2008) representou 7,9% do total das despesas pagas de 33.891.441,52€ (10,03% de 28.034.980,65€ em 2010, 9,1 % de 29.923 mil euros em 2009, 11,3% de 22.974,7 mil euros em 2008 e 10,4% em 2007).*

No início de 2011 a dívida do Município à banca (empréstimos m/l prazo) era de 23.253.562,35€ (24.882.970€ em 2010 e 20.624.758€ em 2009), durante o ano foram libertadas verbas de empréstimos de m/l prazo já autorizados num total de 1.518.186€ e foram pagos juros no montante de 371.068,41€ e pagas amortizações no montante de 2.426.180,30€ (2.524.766,91€ em 2010 e 2.079.500€ em 2009).

*Assim a dívida em 31 de Dezembro de 2011 era de 22.345.568,05€, ou seja, sofreu um ligeiro decréscimo de **907.994,30€ - 3,9%** (1.629.408€ - 6,5% em 2010).*

*No que concerne à dívida a curto prazo ascendia a **16.340.927,00€** (9.462.073,04€ em 2010, 4.217.888,20€ em 2009), sofreu um aumento muito substancial de **6.878.854,00€** (5.244.184,84€ em 2010). A dívida a terceiros aumentou em 282.734,31€ (8,2%).*

*Assim o endividamento total é de 38.686.495,00€ (32.715.635,39€ em 2010 e 29.100.858€ em 2009), bem superior em **6.152.859,61€** ao de 2010, numa espiral de crescimento negativo preocupante!*

Nos "FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO" (pág. 397) é referido que:

"Não estão refletidos nas contas da autarquia os efeitos decorrentes da liquidação da empresa Tomar Polis, SA, cuja liquidação se encontra em fase de ultimateção. Estima-se que a totalidade dos ativos e passivos daquela sociedade se venham a integrar no património municipal, sem prejuízo da imputação ao Estado (detentor de uma participação de 60% da sociedade) da proporção dos prejuízos apurados.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "Galego" (signature)
 - Middle right: "M. B. B." (signature)
 - Far right: "G. T." (initials)
 - Bottom right: "P. J." (initials)

Não nos foi possível apurar os efeitos que tal integração terá nas contas do Município, atendendo a que apenas se encontram apresentadas as contas referentes ao ano de 2009 daquela sociedade.” (sic).”

É esta a triste realidade que Tomar tem vivido nos últimos anos, com consequências gravosas para as famílias, as empresas e o desenvolvimento do Concelho.

Entendem os Independentes por Tomar que só se deveria recorrer a empréstimos para efeitos de realização de infra-estruturas fundamentais para promover a qualidade de vida da população e o desenvolvimento do Concelho.

Lamentavelmente não tem sido nem nunca foi essa a opção do PSD conforme ainda recentemente se constatou com a contração de um empréstimo com duas componentes, um de 2.994.916,93 perante a CGD e outro de 1.196.611,00€ com o Estado - deliberado no início de 2009 - no âmbito Processo de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), que permitiu liquidar cerca de 3,45 milhões de euros a fornecedores, o qual teve o nosso voto contra por se destinar a pagar despesas correntes em consequência da nefasta gestão do Executivo PSD.

Para os Independentes *por* Tomar é evidente que a gestão municipal do PSD nestes últimos anos, pela gravidade e o estado a que conduziu as finanças concelhias, configura uma gestão danosa.

Esta gestão quase exclusiva do PSD (porque nos dois últimos anos teve o PS como parceiro numa coligação de interesses particulares, que apenas acentuou o descalabro a que se chegou) tem rostos e tem nomes, que não devemos ignorar e cuja responsabilização política é evidente.

Falamos, desde logo, do Dr. Miguel Relvas – ideólogo e mentor deste PSD que desgovernou o Concelho -, do executor e obreiro desta triste realidade o Eng.º António Paiva, que contou com a colaboração de muitos outros, com especial destaque para o atual Presidente da Câmara, Sr. Carlos Carrão, responsável financeiro no Município desde 1998.

Na reunião do Executivo Camarário realizada na passada 3ª feira, dia 25 de Setembro, a maioria PSD não apresentou, como era sua estrita obrigação, o Plano de Ajustamento Financeiro, o qual contém opções estruturantes:

- a redução e racionalização da despesa corrente e de capital;
- a existência de regulamentos de controlo interno;
- a otimização da receita própria;
- a intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL

(artº 6º da Lei nº 43/2012, de 28 de Agosto).



Saliente-se que o grau de execução dos objetivos previstos no Plano, bem como qualquer outra informação considerada pertinente é obrigatória e trimestralmente avaliada pela Assembleia Municipal (através da informação prestada pela Câmara Municipal). Também a DGAL e a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) (esta por meio de auditorias) acompanham o PAEL (artº 12º da citada Lei).

Acontece que, o Plano de Ajustamento Financeiro não foi previamente analisado e discutido com os Vereadores Independentes *por* Tomar, isto apesar de ele implicar opções estruturantes na política financeira do Município, as quais condicionam o desenvolvimento da sua atividade, quer até ao final do presente mandato, quer ainda para os mandatos subsequentes.

Ora, esta anómala circunstância impede que os Vereadores Independentes *por* Tomar possam dar o seu voto favorável à proposta da Câmara Municipal à Assembleia Municipal.

Face ao atrás exposto, a que acresce sobremaneira e com relevância atual o facto de não incluírem a dívida de cerca de 6 milhões de euros da ParqT, bem como a circunstância de a elaboração do estruturante Plano de Ajustamento financeiro não ter tido a participação prévia do Executivo Camarário no seu todo, os Vereadores Independentes *por* Tomar em coerência com as posições desde sempre assumidas e reiteradas, não podem de forma alguma pactuar com este descalbro financeiro e só podem em consciência votar **CONTRA.**”

O Senhor Vereador Luís José da Silva Ferreira ditou a seguinte declaração de voto: “Criado pela Lei 43/2012, de 28 de Agosto e regulamentado pela Portaria 281-A/2012, de 14 de Setembro, este Programa de nome pomposo, mais não é do que um eufemismo para um Programa de empréstimos generalizado às autarquias locais, transformando dívida a fornecedores, de curto prazo, em dívida de longo prazo, a pagar em catorze (14) anos.

Esta transformação de dívida de curto prazo em dívida de longo prazo, aparece pouco mais de três anos após ter havida idêntica medida, em 2009, a qual permitiu ao Município de Tomar receber cerca de 5 milhões de euros para, dizia-se então, pagar aos fornecedores.

Ora, no actual contexto, vir agora de novo a mesma gestão Municipal, da responsabilidade única do PSD, pedir autorização para obter mais 3,6 milhões de euros, para pagar parte da dívida de curto prazo, enviando essa responsabilidade para futuras gestões municipais nos próximos 14 anos, é quanto a nós, totalmente errado.

Que fique claro que, no entendimento do Partido Socialista, todas as dívidas do Município devem ser pagas, no tempo e da forma prevista na Lei, não transferindo despesa corrente de curto prazo,

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: *João*
 - Middle right: *OTM*
 - Far right: *Py*
 - Bottom right: *J.P.*

para longo prazo, colocando o ónus nos fornecedores, como vem sendo hábito no Município de Tomar.

Acresce que o Plano de Ajustamento Financeiro, foi apresentado já no decurso desta mesma reunião, não permitindo uma análise maturada e circunstanciada das medidas propostas e bem assim as dúvidas consistentes sobre a forma como está contabilizada a dívida em acordo judicial assumida à ParqueT, de forma unilateral votada nesta Câmara pelo PSD, no montante de cerca de 6,5 milhões€. Fomos também informados que as 10 medidas constantes do Plano são apenas aquelas que foram propostas exclusivamente pelo PSD, sem qualquer previsão na evolução da receita nos próximos 14 anos. Ausente está ainda, o Regulamento de controlo interno, que permita evidenciar que o cumprimento do mesmo Plano é viável.

Assim, constatada a incapacidade de partilha de decisões e estratégias, anulada que está qualquer confiança na capacidade de gestão de quem há 15 anos gere o Município, o voto formal do Partido Socialista, só podia ser contra a adesão do Município a este Programa.”

DELIBERAÇÃO TOMADA EM MINUTA.

Tomar, 27 de setembro de 2012

Seguimento:

- À DF c/ cópias p/ Gab. Presid. e Assembleia Municipal

O Presidente da Câmara



Carlos Carrão

Os Vereadores

José Vitorino

Pedro Marques

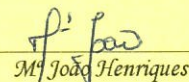
Rosário Simões

Luis Ferreira

Grça Costa

José Perfeito

A Técnica Superior



M^{te} João Henriques